



INDICE

1. Introdução	3
2.1. Organização Pedagógica	5
2.1.1. Metas	5
2.1.2. Estratégias de Operacionalização.....	5
2.2. Aprendizagens dos Alunos.....	15
2.2.1. Metas	15
2.2.2. Estratégias de Operacionalização.....	15
2.3. Funcionamento do Agrupamento	20
2.3.1. Metas	20
2.3.2. Estratégias de Operacionalização.....	20
2.4. Relação Escola/Comunidade.....	22
2.4.1. Metas	22
2.4.2. Estratégias de Operacionalização.....	22
2.5. Formação dos membros da Comunidade Educativa	24
2.5.1 Metas	24
2.5.2. Estratégias de Operacionalização.....	24
3. Avaliação	27
3.1. Critérios Gerais de Avaliação	27
3.1.1. Objecto da avaliação	27
3.1.2. Finalidades da Avaliação	28
3.1.3. Processos de Avaliação	28
3.1.4. Instrumentos de Avaliação	29
3.1.5. Operacionalização dos instrumentos de Avaliação.....	30
3.2. Classificação	32
4. Avaliação do Projecto Educativo	36



1

Introdução



Com o Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, regulamentou-se a flexibilização curricular, entrando em vigor o Currículo Nacional com as Competências Essenciais que se espera a Escola faça adquirir e desenvolver.

O Projecto Curricular de Agrupamento tem como grande finalidade adaptar o currículo nacional à realidade da vivência de cada *Escola*, dos seus alunos enquanto seres individualizados, com necessidades, apetências e expectativas diferenciadas, às quais a Escola do século XXI tem que, a cada dia, dar a resposta adequada. Assim, o meio e as culturas dos alunos tornam-se também elas, currículo, tornando as aprendizagens significativas.

Um Projecto Curricular de Agrupamento assume-se como um documento de operacionalização do Projecto Educativo de Agrupamento e, como tal, encontra-se subordinado a este. Por outro lado, é concretizado nos diversos Projectos Curriculares de Turma, os quais dão consistência ao Projecto Curricular de Agrupamento.

Sendo um instrumento de gestão pedagógica, o Projecto Curricular de Agrupamento fomenta uma cultura de reflexão e de análise dos processos de ensinar e de fazer aprender, assim como o trabalho cooperativo dos actores educativos.



2

Áreas de Intervenção



2. Áreas de Intervenção

2.1. Organização Pedagógica

2.1.1. Metas

- a) Articular pedagogicamente a Educação Pré - Escolar e os três ciclos do Ensino Básico;
- b) Diminuir o nível de absentismo / abandono escolar;
- c) Diminuir o insucesso escolar;
- d) Desenvolver planos específicos no domínio de Língua Portuguesa e Matemática;
- e) Desenvolver projectos específicos de Educação para a Saúde;
- f) Desenvolver projectos específicos de Desporto Escolar;
- g) Valorizar as áreas curriculares não disciplinares como vector complementar na construção e consolidação das aprendizagens;
- h) Reestruturar os Clubes para o desenvolvimento da transversalidade das aprendizagens através de processos lúdicos;
- i) Diversificar a oferta escolar;
- j) Criar mecanismos de divulgação interna e externa dos projectos existentes na Escola.

2.1.2. Estratégias de Operacionalização

a) No domínio da articulação pedagógica da Educação Pré-escolar com os três ciclos do ensino básico:

▪ A articulação curricular só é eficaz se traduzida em conceitos de aprendizagem em modo contínuo, seguindo estruturas de complexidade crescente e desenvolvida em tempo determinado. De acordo com este princípio, tem todo o sentido que se proceda a essa articulação desde a educação Pré - Escolar, até ao 9º ano. Tratando-se de um Agrupamento, deve no início de cada ano, efectuar-se um conjunto de reuniões em que se fiquem a conhecer os conteúdos programáticos, a sua sequencialidade e as competências que visam desenvolver. Estas reuniões deverão efectuar-se entre ciclos de estudos e onde todos os docentes participem para, desta forma, poderem relacionar e a partir daí, seleccionar os conteúdos e programar em conjunto, as actividades a desenvolver ao longo de cada ano. No final de cada ano, deverá fazer-se uma nova reunião para avaliar os resultados conseguidos e desta forma poder proceder-se a reformulações, a montante e a jusante. Ainda neste âmbito, deveriam ser elaborados relatórios no final do ano que acompanhariam a turma, onde se definiriam os conteúdos menos consolidados ou não leccionados. Neste processo devem ser integradas as docentes do ensino especial pois também neste domínio é necessária uma política



assertiva com os pressupostos de uma escola inclusiva. Desta forma, deverão também desenvolver-se planos integrados para os alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem nos seus vários domínios e procurar-se de forma estruturada o desenvolvimento de planos educativos integradores, diversificados, tendo em conta o processo numa perspectiva de resposta ao indivíduo. É importante que a estruturação do plano anual de actividades tenha em consideração estes princípios e se estruture para dar respostas concretas a este processo. Assim, deveriam definir-se projectos concretos a desenvolver:

b) No âmbito da diminuição do nível de absentismo / abandono:

O absentismo / abandono escolar não é, no caso concreto do nosso agrupamento, um problema significativo. No entanto, devemos desenvolver um plano estruturado para promover a sua erradicação.

O primeiro princípio a adoptar será o de que, enquanto houver um aluno que não venha com regularidade à escola, deverão ser desenvolvidos todos os esforços para inverter esta situação.

No início do ano deverão ser alertados todos os docentes do Agrupamento, na reunião geral, na reunião de docentes (1º Ciclo e Educação Pré - Escolar) na 1ª reunião de Departamento e em Conselho de Directores de turma para as estruturas de apoio social existentes no Concelho da Maia, informação que deverá estar disponível no dossier dos Coordenadores de Directores de Turma e entregue aos Coordenadores de Estabelecimento (1º Ciclo e Educação Pré - Escolar).

Deverá desenvolver-se uma cultura para sinalizar as situações existentes em todos os anos de escolaridade e todas as turmas sendo essa tarefa do professor da turma no 1º Ciclo ou Director de Turma no 2º e 3º ciclos. Estes alunos devem ser permanentemente monitorizados no seu percurso escolar quer na parte curricular quer, sobretudo, na sua assiduidade.

Importante neste domínio é desenvolver uma política de aproximação da escola à família para o desenvolvimento de uma dinâmica conjunta de motivação e acompanhamento do aluno e em situações mais prementes, articular ou com o Gabinete de Psicologia e Orientação Profissional.

Nestas situações de ruptura, deveremos considerar a parceria com instituições exteriores ao Agrupamento para uma intervenção paralela/complementar, nomeadamente a Comissão de Protecção de Menores e Jovens em Risco, o Tribunal de Família e Menores, o Gabinete da Acção Social da Câmara Municipal da Maia e ainda as Comissões Sociais Inter Freguesias.

O Agrupamento deve promover programas de tutoria sócio-emocional direccionados para alunos em situação de risco de abandono, com problemas ao nível do seu enquadramento social e familiar que necessitam de um acompanhamento mais individualizado em termos emocionais,



sociais e pedagógicos. O plano de acção tutorial para estes alunos deverá ser elaborado em articulação com o serviço de Psicologia e Orientação ou com outros técnicos da Rede Social Local.

As actividades de tutoria devem ser concretizadas em pelo menos dois períodos ao longo da semana podendo ser realizados em pequeno grupo (nunca superior a três) ou individualmente dependendo da complexidade das situações.

Considerar ainda como situação de risco a comunidade cigana existente na área de influência do Agrupamento e desenvolver para o efeito, um plano específico, em articulação com o Gabinete da Acção Social da Câmara Municipal um projecto estruturado para as crianças aí existentes.

Importante também será desenvolver modelos de aprendizagem específica para um conjunto de alunos cuja motivação pessoal/individual não passa por modelos estereotipados ou estandardizados. Deverá o Agrupamento desenvolver projectos para a integração de jovens em modelos específicos de integração na vida activa com a aquisição de requisitos indispensáveis para reabertura de processos escolares em fases posteriores da vida dos jovens.

Por último desenvolver um projecto específico para a integração escolar das crianças oriundas da nova instituição localizada na Freguesia de Vila Nova da Telha, “Causa da Criança” dada a especificidade desta realidade com passagens por tempo indefinido destas crianças pelas nossas escolas em diversos níveis de ensino.

Para validar estes procedimentos, deverá ser constituída uma equipa que, no final do ano possa efectuar um relatório que evidencie os resultados numa perspectiva de validação das políticas definidas.

b) No âmbito da diminuição do insucesso escolar:

Neste domínio o Agrupamento terá que inventariar as causas efectivas dos resultados menos conseguidos e interiorizar definitivamente as boas práticas como modelo a seguir na organização escolar.

Para isso, será necessário começar a construir um processo organizativo que oriente as intervenções para o essencial da política educativa, nomeadamente as políticas organizacionais dos Grupos Disciplinares, dos Departamentos, e principalmente dos Conselhos de Turma.

O tempo útil do docente para trabalhar o essencial torna-se um factor importante na planificação da sua actividade e por isso, merece uma reflexão profunda toda a organização escolar. Será importante criar uma equipa para reflectir na influência que a organização do espaço na sala de aula exerce sobre a rentabilização do tempo útil de aprendizagem.



A escola deve ser pensada a tempo inteiro e neste princípio, devem ser estruturadas as intervenções considerando as necessidades reais dos alunos. Muito mais importante do que sistematizar reuniões sem qualquer valor objectivo, será importante calendarizar reuniões para implementação de políticas que desenvolvam, com eficácia, planos de recuperação, activem com sistematização recursos variados existentes no Agrupamento, fundamentem propostas de apoio diversificados em função das necessidades reais dos alunos, estabeleçam parcerias ou desenvolvam projectos estruturados quer pelo ensino especial quer pelo Gabinete de Psicologia e Orientação Profissional.

Para se perspectivar uma política de sucesso, deverão ser inventariadas, no final de cada ano, as dificuldades reais dos alunos que deverão ser apresentadas em relatório final. Da mesma forma, deverá ser referenciado o número de aulas não dado em cada ano, criando-se a obrigatoriedade de recuperar os conteúdos não leccionados no ano lectivo anterior sempre que se verifiquem perdas consideráveis, permitindo assim, ao aluno, uma aprendizagem contínua, estruturada e solidificada. Em função dos resultados considerados importantes ou prioritários, cada Conselho de Turma deverá apresentar um plano específico de orientação, a desenvolver no ano seguinte considerando para o efeito os recursos humanos e materiais existentes e o modelo organizativo a seguir.

No modelo organizativo pretendido, deve desenvolver-se um conjunto de procedimentos uniformes para todos, nomeadamente a sistematização da avaliação diagnóstica, como ponto de partida, principalmente em início de ciclo, o desenvolvimento de actividades formativas diversificadas, com a utilização recursos variados, o desenvolvimento do Plano Anual de Actividades como suporte essencial para a consolidação dos conhecimentos adquiridos em contexto de sala de aula, a institucionalização do trabalho de casa como factor motivante/estruturante da e para a pesquisa, o desenvolvimento da comunicação estruturada, como factor relacional dentro da comunidade escolar, desenvolver modelos de avaliação justos e equilibrados entre a aquisição de competências académicas e competências pessoais e sociais.

O desdobramento das Ciências Naturais e da Natureza e da Físico-Química deve funcionar como um factor de sucesso dada a envolvimento dos alunos nas aulas experimentais que de uma forma geral, são propiciadoras de estímulos acrescidos, pelas vivências que proporcionam. Daqui resulta uma mais valia que deve ser monitorizada no final do ano.

Os Grupos Disciplinares deverão desenvolver políticas claras de selecção de conteúdos, divulgação efectiva das competências a adquirir e respectiva monitorização dos resultados estabelecendo uma comunicação permanente com o aluno e respectiva família

O Agrupamento deverá desenvolver uma política de gestão de recursos humanos orientada para a satisfação de necessidades prementes de pequenos grupos, equilibrados/homogéneos nas



suas dificuldades, considerando o interesse e empenho demonstrado pelos alunos, sem que a massificação seja objectivo primeiro.

O desenvolvimento de clubes temáticos poderá ser um bom complemento à actividade curricular porque permite, por um lado uma aprendizagem lúdica sem as cargas negativas que muitas vezes se associam a disciplinas específicas; por outro, porque, partindo dos grupos disciplinares, existe uma maior envolvência, melhor articulação e mais facilmente se avaliam os resultados.

Finalmente, deverá o modelo organizativo contemplar processos de aproximação das famílias à escola, nomeadamente na procura de respostas de âmbito sócio-económico, activando o SASE. Poderá ainda ser necessário desenvolver parcerias com instituições externas nomeadamente, Centros de Saúde, Acção Social, Comissão de Protecção de Menores.

c) No âmbito da diminuição do insucesso nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática:

Consideradas no âmbito do Projecto Educativo, dois dos três vectores fundamentais das aprendizagens, torna-se evidente a necessidade sobre elas se exercer um maior investimento de recursos mas também a exigir-se uma maior responsabilização e assumpção de compromissos.

A participação da aprendizagem da Língua Portuguesa é um imperativo colectivo e terá de manifestar-se das mais variadas maneiras. O Agrupamento desenvolverá uma metodologia de intervenção sistemática em todo o espaço físico das instalações escolares, nomeadamente nas terminologias de comunicação entre discentes, discentes e funcionários, discentes e docentes. Da mesma forma, toda a comunidade deve intervir nos textos produzidos, nos testes escritos, nos trabalhos de casa.

Simultaneamente, dever-se-á publicitar a Biblioteca/Centro de Recursos como a estrutura privilegiada de apoio à Língua e Cultura Portuguesa quer na procura de meios impressos, quer na procura de acervo áudio-visual ou informático.

O Clube de Leitura a ser desenvolvido por todas as turmas da escola deve servir como princípio estruturador do gosto pela leitura e nele deverão estar implícitas dinâmicas de organização de eventos como sessões públicas de leitura, convites de escritores, sessões de teatro.

Na procura de modelos organizativos ajustados deve considerar-se como fundamental a inventariação dos constrangimentos existentes, tendo em conta os resultados conseguidos quer na realização das provas de aferição do 4º e 6º anos, quer os resultados conseguidos nos exames nacionais do 9º ano.



Importante também, é inventariar os meios físicos existentes e colocá-los à disposição dos alunos de forma plena quer no espaço da sala de aula, quer no desenvolvimento das aprendizagens nos clubes, quer ainda na Biblioteca/Centro de Recursos.

A motivação para a participação no Jornal do Agrupamento, pode ser um momento de partida.

Fazer um aproveitamento das dinâmicas conseguidas com a integração do Agrupamento no Plano Nacional da Leitura e com a formação específica dos docentes do 1º Ciclo neste domínio e que estas possam resultar numa continuidade para outros níveis de ensino.

Deverá ainda o Grupo Disciplinar definir estratégias de gestão dos recursos humanos existentes considerando as dificuldades específicas dos alunos e as intervenções a implementar nos planos de recuperação, quando existirem.

No domínio da aprendizagem da Matemática, o Grupo Disciplinar deve, em primeiro lugar, inventariar os constrangimentos existentes, diagnosticar as dificuldades mais evidentes dos alunos, e proceder a uma análise completa da situação real, considerando os resultados obtidos pelos nossos alunos no final do ano, em comparação com os resultados conseguidos nas provas de aferição do 4º e 6º anos e ainda com os resultados dos exames nacionais do 9º ano.

Valendo-se da disponibilidade do meio bloco da responsabilidade da escola para a disciplina, deverá o grupo calendarizar quer os conteúdos a reforçar quer ainda o modelo estabelecido para a implementação dessas aprendizagens.

Porque a disciplina foi integrada no Plano Nacional da Matemática, e porque isso implica o desenvolvimento de um projecto específico, deverão os elementos que constituem este grupo desenvolver estratégias de monitorização frequentes para procederem em tempo útil a correcções convenientes.

Considerando a rejeição que uma parte considerável dos alunos revela para com esta disciplina, deverão desenvolver-se principalmente no âmbito do Clube da Matemática, acções de sensibilização e aproximação a estas temáticas. Considerar também nas dinâmicas de aprendizagem, a utilização de meios modernos quer informáticos, quer áudio-visual.

Também aqui, será de todo recomendável que a gestão de recursos humanos se faça no pleno aproveitamento das necessidades inventariadas e satisfaça as necessidades que dêem resposta aos planos de recuperação elaborados.

O desenvolvimento das Assessorias no plano da sala de aula, são dinâmicas que poderão ser uma parte da solução, mas necessitam de ser monitorizadas com auscultação aos alunos, aos docentes e também aos encarregados de educação para se saber, a curto prazo, da sua eficácia.



d) No domínio dos projectos específicos de Educação Para a Saúde:

Educar para a saúde deve, em primeiro lugar, provocar um estímulo em cada um que leve a pessoa a considerá-lo como factor fundamental para o seu equilíbrio pessoal, seja físico, seja psíquico.

Os Projectos de Educação para a Saúde devem por isso, ser desenvolvidos considerando sempre a pessoa num contexto social, de grupo ou de comunidade.

Educar para a Saúde é construir o futuro assente em princípios que correm muitas vezes contra as correntes dominantes, numa dinâmica de prevenção e esclarecimento. Terão que resultar no combate desigual da informação com a publicidade, na aceitação das regras sociais contra as desestruturas familiares, muitas vezes existentes, no combate ao facilitismo provocado pelo desconhecimento ou pela acomodação.

Os projectos aprovados, constituem acima de tudo, um processo preventivo, que se inicia na educação Pré – Escolar e escolas do 1º Ciclo com os Projecto “de pequenino se torce o pepino”, “Prevenção Solar”, “o pequeno grande almoço”. Desenvolvendo-se em parcerias com instituições do ensino superior, Centros de Saúde e Câmara Municipal da Maia, deverá, pela sua diversidade promover o estímulo dos alunos, o interesse dos docentes e o envolvimento das famílias. Neste sentido, deverão, ao longo do desenvolvimento dos projectos, fazer-se a monitorização para promover reajustamentos indispensáveis aos bons resultados.

Ainda no domínio da prevenção, continuaremos a desenvolver, em articulação com o Centro de Saúde local, o plano de vacinação.

Ajudar os alunos a desenvolverem um plano saudável de alimentação será um dos pontos fortes do nosso projecto assim como falar das doenças sexualmente transmissíveis e da sua prevenção.

Nestes projectos far-se-á o desenvolvimento das actividades curriculares através dos conteúdos de algumas disciplinas, mas estarão também envolvidos, numa relação de parceria e complementaridade o Gabinete de Psicologia e Orientação Profissional, o Gabinete do Ensino Especial. Neste projecto, considera-se extremamente importante a participação de todos os docentes e não docentes e ainda numa posição importantíssima, todos os Directores de Turma.

O sucesso destes projectos estará também muito dependente da participação e envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação.

No plano dos comportamentos, considera-se que a constituição de uma equipa de docentes, que acompanha diariamente os alunos no refeitório, permite intervir activamente e de forma muito concreta nalguns procedimentos desajustados que por vezes os alunos revelam.

**f) No domínio dos projectos específicos de Desporto Escolar:**

O Desporto Escolar deve, em contexto escolar, desenvolver competências para um crescimento saudável, para uma sociabilização sustentada em regras de convivência, respeitadora dos valores individuais e de grupo. Estes princípios sustentam-se na interactividade que a actividade desportiva pratica e promove competindo muitas vezes com a violência gratuita, desenfreada dos acontecimentos desportivos. Competindo com a falta de ética, paixões desajustadas e contraditórias dos princípios desportivos, a aquisições de valores e princípios é por vezes difícil de obter.

O desenvolvimento do desporto escolar no âmbito do Projecto Educativo vai fazer despoletar sensações de uma vida saudável, através do exercício físico e momentos de convívio, conquista de novas amizades, partilha e trabalho de equipa nos desportos colectivos.

Da mesma forma, o desenvolvimento da actividade interna vem complementar todo o trabalho desenvolvido no grupo de Educação Física pela promoção da actividade física como princípio fundamental para um desenvolvimento integral da pessoa.

Será portanto, fundamental para uma harmonização do clima escolar, a continuidade destas actividades, assentes em projectos plurianuais.

g) No domínio das Áreas Curriculares não Disciplinares:

As áreas curriculares não disciplinares, devem ser interpretadas, no nosso Projecto Educativo, a partir da Educação Pré - Escolar.

Na continuidade da política nacional da escola a tempo inteiro, funcionam no nosso agrupamento as actividades de complemento curricular (AEC) em que os parceiros envolvidos são a Câmara Municipal e o Agrupamento. Estas actividades iniciam-se na Educação Pré-Escolar estando a sua leccionação a cargo de monitoras colocadas pela Câmara Municipal. Estando ainda numa fase de aprendizagem, pretende-se que estas actividades se articulem com as actividades desenvolvidas ao longo do dia, numa articulação entre a educadora efectiva e a que promove esta actividade.

No 1º Ciclo, estas actividades desenvolvem-se depois das actividades lectivas, com a duração de 2 horas diárias e distribuídas por 4 actividades: inglês, estudo acompanhado, informática e actividade física.

Também aqui se pretende uma aprendizagem lúdica embora estruturada e sistematizada. Continuando também aqui, num plano de aprendizagem, esta, deve ser estruturada entre o professor titular da turma e os monitores das actividades e devem obedecer ao Projecto Educativo do Agrupamento.



No 2º e 3º Ciclos, devem os Conselhos de Turma ser os monitores do desenvolvimento destas áreas considerando as dificuldades dos alunos e perspectivando modelos compensatórios que respondam às várias necessidades dos mesmos. Entendidas como formas compensatórias de solidificarem os conhecimentos ou eventualmente como formas de recuperação de aprendizagens não conseguidas, devem obedecer a critérios bem definidos de intervenção, individual de grupo/s ou colectiva.

Ainda no âmbito do Conselho de Turma, deverão ser construídas pontes entre as aprendizagens curriculares disciplinares e as aprendizagens transversais estruturadores do crescimento pleno do indivíduo nos vários domínios do saber ser, saber estar.

h) No âmbito dos clubes como reforço das aprendizagens através de processos lúdicos:

A existência dos Clubes no contexto escolar deve orientar-se com anteriormente se disse, num conteúdo de aprendizagem lúdico, mas responsável.

Lúdico porque permite uma aprendizagem descontraída, que não descomprometida, desenvolvendo paulatinamente competências de complexidade crescente e sem sentimentos de rejeição ou de desmotivação. Da mesma forma deve promover uma cultura de trabalho em grupo e entreajuda/interacção com outros intervenientes.

- A organização de clubes temáticos terá que implicar a cooperação de uma equipa docente disciplinar ou multi-disciplinar, coordenada por um dos seus elementos;
- A acção dos clubes temáticos deve possibilitar a mobilização e articulação de atitudes, capacidades e saberes curriculares em contextos situacionais lúdicos, culturais e artísticos;
- O funcionamento dos clubes temáticos deve orientar-se por um Plano de Actividades Anual, passível de reajustamentos;
- A frequência do clube deve ser objecto de monitorização de modo a ser possível saber-se a cada momento o seu impacto na comunidade escolar;
- A avaliação dos clubes temáticos deve ser feita anualmente através da apresentação, pela equipa do clube, de um relatório.

i) Diversificar a oferta de escola:

A condição de escola pública, básica, implica um modelo organizativo comum nem sempre ajustado às realidades concretas, aos interesses individuais, ou às motivações das crianças e jovens em formação. Trata-se em geral, de formas de trabalho totalmente expositivas, assentes em processos exclusivos de memorização, algumas vezes pouco atractivos.



Do outro lado, encontram-se jovens desmotivados, com poucas expectativas em relação ao seu futuro e porventura elas existindo, procuram-nas num processo facilitador, nem sempre disponível ou aceite, ou ainda vivenciados num ambiente familiar desestruturado.

Poderá ainda resultar num contexto de preferência por outra terminologia de ensino não disponível por imperativos normativos.

Para colmatar estas deficiências, deve o Agrupamento diversificar a oferta, tendo em atenção o interesse dos jovens, as suas opções, as condições das instalações escolares e o seu corpo docente.

Deve antecipadamente promover um estudo que inventarie as capacidades de empregabilidade e as possibilidades de promover estágios que complementem a actividade lectiva.

Da mesma forma, o sucesso destes cursos reside fundamentalmente na existência de um conjunto de docentes disponíveis e interessados nestes modelos de aprendizagem, nem sempre fáceis de implementar e gerir.

No nosso contexto escolar, os Cursos Educação Formação (CEF) são a opção para um conjunto de alunos cuja motivação assenta exactamente nos princípios enunciados.

j) No âmbito da divulgação interna e externa dos projectos existentes na escola:

A comunicação da estrutura escolar com o meio envolvente, seja qual for o sentido, nem sempre se processa de forma clara, funcional e objectiva. Tem-se a sensação, por vezes de total isolamento dadas as necessidades de desenvolver, em tempo útil os planos curriculares. Por outro lado, institucionalizou-se o atendimento dos Pais e Encarregados de Educação pelo Director de Turma, como único meio de comunicação. A escola tradicional é pouco receptiva à intervenção dos Pais na vida escolar interna da organização. Esta, solicita-lhe diariamente o seu envolvimento, através de actos de vigilância e atenção externa, sendo que uma participação activa apenas se verifica em actos isolados.

Esta realidade apenas é contrariada nas actividades desenvolvidas pelas Associações de Pais das escolas, integradas no Plano de Actividades e que são muito poucas. E mesmo assim, quase se desenvolvem fora do contexto das aprendizagens curriculares sem a participação activa dos docentes.

Compete à organização escolar desenvolver dinâmicas conjuntas na preparação e realização de actividades que respondam a várias vertentes do processo ensino-aprendizagem, considerando muitas vezes a sua disponibilidade e as suas formações específicas e também o seu interesse em participar de uma forma construtiva no processo educativo.



Da mesma forma que deverão os órgãos da escola no exercício das suas competências, disponibilizar toda a informação para dotar os representantes das Associações de Pais de capacidade e conhecimento para intervir positivamente na organização.

Ainda no âmbito do nosso Agrupamento, deveremos estruturar o Portal da Educação para o tornar um meio de comunicação interno e externo.

Através da parte privada, deveremos desenvolver uma cultura de circulação de informação hoje existente em formato de papel, nomeadamente a circulação de normativos, comunicados, ordens de serviços.

Deverão desenvolver-se dinâmicas de trocas e partilha de documentos através da gestão sectorial do portal podendo ainda estabelecer-se a comunicação entre os pais e a escola sede e entre alunos e professores.

Através da parte pública poderemos dar a conhecer todas as nossas actividades, publicitar as nossas realizações e boas práticas e envolver por esta forma a comunidade.

Finalmente, fazer do Jornal Escolar um meio também efectivo e consistente de passagem da mensagem das nossas realizações, interesses e motivações.

2.2. Aprendizagens dos Alunos

2.2.1. Metas

- a) Reduzir as formas de exclusão, com a criação de condições para o enriquecimento das aprendizagens e o desenvolvimento de mecanismos de superação das dificuldades.
- b) Favorecer uma melhor integração dos alunos no ambiente escolar;
- c) Envolver os alunos nas suas aprendizagens;
- d) Dominar o uso das TIC's para pesquisar, organizar, tratar e produzir informação;
- e) Utilizar a avaliação como elemento regulador da acção educativa;
- f) Continuar a equipar as escolas com meios audiovisuais modernos;
- g) Dotar as escolas de acervo compatível com as necessidades e técnicas inovadoras de ensino – aprendizagem.

2.2.2. Estratégias de Operacionalização

- a) **No domínio da redução das formas de exclusão, com a criação de condições para o enriquecimento das aprendizagens e o desenvolvimento de mecanismos de superação das dificuldades:**

Compete ao Agrupamento, no âmbito da Acção Social, definir estratégias para minimizar algumas das desigualdades sociais no período em que os alunos desenvolvem o seu processo



educativo. Para isso, é necessário estabelecer dinâmicas de intervenção que respondam em tempo útil às necessidades dos alunos. Da mesma forma, é necessário considerar nas planificações, a desestruturação existente na maior parte das famílias, para intervir de forma positiva no cumprimento dos normativos que dão acesso às concessões previstas. Para isso, é necessário um grau de motivação considerável dos Directores de Turma para uma recolha de documentos fundamentais e necessários, e dos Serviços Administrativo para colaborarem de forma muito positiva e por vezes célere, no tratamento dos dados recolhidos.

Depois, é necessária a articulação com o Gabinete do Ensino Especial pois um número considerável de casos, necessita de intervenção deste gabinete, quer no domínio dos apoios educativos, quer na definição de planos educativos próprios.

No 1º Ciclo, os apoios sócio-educativos devem ser parte integrante do plano de estudos dos alunos que revelem mais dificuldades sejam elas pontuais ou permanentes.

Também os Grupos Disciplinares devem intervir de uma forma estruturada no desenvolvimento de planos de recuperação tendo em conta as dificuldades individuais e os recursos humanos disponíveis, nomeadamente a constituição de grupos específicos para apoios /reforços educativos e metodologias a seguir no desenvolvimento dos planos propostos. A fase inovadora da introdução das Assessorias na disciplina de Matemática, deve contribuir para um clima de proximidade entre as dificuldades sentidas e os apoios necessários para a eliminação de dificuldades e barreiras sempre constrangedoras e indesejáveis num processo de aprendizagem.

Da mesma forma, a existência de clubes, temáticos ou outros, são um contributo positivo na procura da superação de dificuldades e processos facilitadores das aprendizagens a ter em conta nas dinâmicas educativas

Também não menos importante será o contributo de estruturas existentes na organização escolar, como factor positivo nas dinâmicas de Agrupamento. Estamos a falar das Actividades de Complemento Curricular no 1º Ciclo (AEC), Gabinete do Ensino Especial, o Gabinete de Psicologia e Orientação Escolar, a Biblioteca/Centro de Recursos.

A planificação das aprendizagens das Ciências Experimentais deve ser um marco importante a considerar na organização do Agrupamento desde o início do 1º Ciclo até ao fim do 3º. O facto de o Agrupamento estar integrado no Plano Nacional, deve ser um forte contributo para o reforço dos planeamentos estruturados e diversificados. A formação de pessoal docente em curso, as dotações das escolas do 1º Ciclo com verbas próprias para desenvolver projectos é um contributo positivo na implementação de novas dinâmicas. Depois, o desdobramento das Ciências no 2º Ciclo, promove uma oportunidade para as aulas experimentais criando assim um clima de motivação sempre importante para novas aprendizagens. Todo o processo termina no terceiro ciclo com o



desdobramento das Ciências e da Físico-Química proporcionando desta forma o desenvolvimento continuado de projectos e princípios orientadores para a consolidação das aprendizagens.

b) Com vista ao favorecimento de uma melhor integração dos alunos no ambiente escolar:

A estruturação do Plano de Actividades do Agrupamento deve ser o momento fundamental para promover e proporcionar a integração dos alunos em todas as situações decorrentes da mobilidade e mobilização das pessoas e recursos existentes e esta integração reporta-se da mesma forma a docentes e discentes da comunidade educativa.

Neste domínio, merece especial destaque a dinâmica do Gabinete do Ensino Especial na preparação da integração dos alunos com dificuldades acrescidas seja do domínio físico, seja do domínio intelectual/cognitivo.

Também importante, é definir estratégias assertivas no gabinete de Psicologia como organização de rectaguada para a inventariação e encaminhamento de situações problemáticas.

Importantíssimas, são as orientações definidas nos Grupos Disciplinares para a implementação de estratégias atractivas no desenvolvimento das aprendizagens curriculares considerando quer os recursos humanos disponíveis quer as motivações dos alunos e considerando ainda o ambiente escolar como elo fundamental dessa estruturação.

A definição de políticas claras de princípios reguladores como formas normalizadas de procedimentos, definição de material escolar imprescindível para boas aprendizagens, normalização e uniformização de modelos de avaliação, estabelecimento de um conjunto de procedimentos comportamentais a ser desenvolvidos por todos os docentes, são marcos importantes para aprendizagens de ordem pessoal e social.

A política de aquisição de equipamentos e acervos didático-pedagógicos deve ser um forte contributo para a definição de estratégias concertadas para este domínio.

Finalmente, desenvolver mecanismos de monitorização destas normas para promover o princípio da equidade e justiça em todos os elementos da comunidade.

c) Ao nível do envolvimento dos alunos nas suas aprendizagens:

O Agrupamento deverá desenvolver princípios orientadores de convivência e responsabilização individual dos elementos que constituem esta comunidade, nos seus vários níveis.

Em primeiro lugar, promover a responsabilidade individual no cumprimento do dever e das obrigações a que cada um se vincula no processo educativo.



De seguida, pela aceitação e cumprimento das regras de convivência quer no espaço da sala de aulas quer no espaço envolvente.

Depois, pelo cumprimento das normas implícitas do direito de todos a um processo educativo sequencial, explícito, desenvolvido em ambiente propiciador de boas práticas.

A definição de princípios orientadores e sequenciais de aprendizagens vinculativas aos valores individuais e colectivos que pela sua diversidade e continuidade sejam interiorizados por todos, deve ser um caminho a desenvolver.

Finalmente, o Agrupamento deve desenvolver políticas de compromisso com os discentes e respectivas famílias, na assunção de responsabilidades, no cumprimento das suas obrigações para a promoção do sucesso, considerando os custos sociais do laxismo e incumprimento de obrigações, como um processo inibidor no desenvolvimento de políticas educativas.

d) Ao nível do domínio do uso das TIC's para pesquisar, organizar, tratar e produzir informação:

Aproveitar os recursos existentes nas escolas do 1º Ciclo para uma política estruturada e sequencial das aprendizagens das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. O Agrupamento deverá promover no início do ano uma reunião para definir um plano de interacção entre as estruturas do 1º Ciclo e as estruturas existentes na Escola sede.

Depois, dar a conhecer a toda a comunidade os projectos desenvolvidos em cada uma das estruturas.

Finalmente, promover aprendizagens sequenciais e sistematizadas tendo em atenção os Projectos Curriculares de Turma onde estas aprendizagens devem ser consideradas como complementares.

Seguidamente, considerar os recursos disponíveis como uma mais valia para o desenvolvimento de políticas de formação, comunicação, de divulgação. Para isso, é necessário um projecto que contemple, em primeiro lugar, a formação de pessoal docente. Depois, um plano que promova e que continue a desenvolver instalações tecnicamente bem dimensionadas e bem apetrechadas. O mesmo projecto deve privilegiar a continuidade de modernização dos equipamentos e software ajustado às nossas necessidades.

A utilização das TIC como meio para reforçar as aprendizagens essenciais e ainda como factor fundamental na motivação para a pesquisa e novas descobertas deve fazer parte integrante do projecto.

Essencial, será desenvolver também competências na prevenção dos perigos que estas novas tecnologias poderão representar num mundo global, completamente aberto e de difícil controlo.



e) No domínio da utilização da avaliação como elemento regulador da acção educativa:

A avaliação dos alunos deve ser encarada na organização, para além de um factor de regulação da actividade lectiva, também como um elemento estabilizador e de credibilidade da instituição educativa. Ela deve pautar-se por critérios rigorosos, justos e equilibrados, considerando as várias vertentes integradoras do processo educativo/formativo.

Compete em primeiro lugar, aos Grupos Disciplinares, definirem modelos ajustados à nossa realidade.

Depois, discuti-los com os alunos, numa perspectiva integradora, de hierarquização da valorização de conceitos e valores a desenvolver no processo ensino-aprendizagem.

Finalmente, divulgá-los por meios diversificados a toda a comunidade educativa com maior ênfase aos alunos e respectivos Pais e Encarregados de Educação.

f) Continuar a equipar as escolas com meios audiovisuais actuais.

A importância que os meios áudio-visuais hoje representam no processo educativo, justifica o desenvolvimento de planos estruturados e sequenciais na aquisição deste equipamento.

Os custos elevados do material e equipamento, associadas à descapitalização dos orçamentos das escolas e ainda às crescentes solicitações dos intervenientes na educação, justificam que o Agrupamento defina uma política de modernização com a inventariação das necessidades e a hierarquização das prioridades.

Esta necessidade deve também ser reforçada pela conveniência de candidaturas autónomas a diversos projectos que ao longo do ano aparecem em diversas instâncias.

g) Dotar as escolas de acervo compatível com as necessidades e técnicas inovadoras de ensino-aprendizagem e optimizar os recursos já existentes.

Tal como no item anterior, é cada vez mais urgente calendarizar e hierarquizar as opções de aquisição do acervo para as diversas organizações internas, considerando as orientações do Projecto Educativo, as existências disponíveis, a urgência na implementação dos projectos e a sua duração no tempo.

Normalmente estas orientações são definidas em função das disponibilidades financeiras.



2.3. Funcionamento do Agrupamento

2.3.1. Metas

- a) Criar uma unidade funcional ajustada às diversas escolas;
- b) Prevenir a indisciplina e promover a segurança na escola;
- c) Potencializar a utilização dos recursos físicos e humanos existentes nas escolas.

2.3.2. Estratégias de Operacionalização

a) Com vista à criação de uma unidade funcional ajustada às diversas escolas:

É urgente no Agrupamento definir-se modelos organizativos de comunicação interna e externa dando primazia à utilização das TIC como ferramenta principal.

Seguidamente, definir um conjunto de parcerias para desenvolvimento de projectos conjuntos procurando desta forma, sinergias fundamentais e imprescindíveis.

Promover a troca de experiências para uma melhor compreensão das diferentes realidades e constrangimentos.

Promover, através do Plano Anual de Actividades, actividades conjuntas que permitam a interacção com a comunidade educativa e com o meio envolvente.

Compreender, através de análises periódicas os constrangimentos com que cada centro se debate e também das razões do sucesso desses mesmos centros.

Articular com a Câmara e Juntas de Freguesia a inventariação de necessidades e satisfação de solicitações ligadas ao processo ensino-aprendizagem, Actividades de Complemento Curricular e ainda, articulando com as Associações de Pais e Encarregados de Educação, os ATL.

Criar através do desenvolvimento do Projecto Educativo dinâmicas activas de trabalho conjunto com todos os parceiros e fazendo das boas práticas actos visíveis através da sua divulgação nos meios de comunicação local e regional e ainda através do Portal da Educação e do Jornal Escolar.

b) Com vista à diminuição da indisciplina e à promoção da segurança na escola:

No momento actual, a questão da indisciplina não é um problema considerável. Apenas se registam situações pontuais e de pequena gravidade. E essas situações são rapidamente intervencionadas quer pelos Auxiliares de Acção Educativa, quer pelos Directores de Turma. Este



princípio, permite-nos ter um controlo eficaz sobre os desvios verificados e agir, quase sempre, de forma preventiva e ainda formativa.

No âmbito da Escola Segura, tem-se verificado alguns constrangimentos motivados pela falta de efectivos das Forças de Segurança que pensamos, serem a curto prazo, sanados. Mesmo assim, os problemas existentes têm sido tratados com descrição e eficiência quer pelos funcionários quer pelo Conselho Executivo.

Encontra-se neste momento a decorrer a aquisição de material para a colocação de sinalética obrigatória, nas escolas do 1º Ciclo, que nos permita, a curto prazo, preparar os planos de segurança e emergência e testá-los em simulações a realizar em cada uma das escolas.

No âmbito da segurança escolar será conveniente reforçar os pontos de luz nas diversas escolas do Agrupamento.

Será importante dar a conhecer aos Pais e Encarregados de Educação estas intervenções para que possam confiar nas organizações como modelos organizativos responsáveis.

c) Com vista a potencializar a utilização dos recursos físicos e humanos existentes nas escolas:

É importante o Agrupamento conseguir mobilizar os seus recursos humanos numa gestão rigorosa e criteriosa para o cumprimento das metas a que se propõe. Será assim mais fácil implementar projectos, desenvolvê-los com a envolvimento imprescindível de todos, num percurso sequencial e ajustado por um lado, às necessidades de cada um e por outro, ao cumprimento dos objectivos a que a estrutura educativa está obrigada. Preferencialmente, dever-se-á apontar para ultrapassar essa meta, apontando claramente para performances superiores de modo a tornar o Agrupamento um marco de referência.

Para isso, esta mobilização deverá fazer-se acompanhar por uma melhoria dos recursos físicos e utilização equilibrada dos recursos já existentes.

A interactividade entre os vários órgãos do Agrupamento, das suas estruturas e dos responsáveis por cada uma delas é essencial a uma boa política de organização e funcionamento.

Estas dinâmicas encontram-se muito bem referenciadas no Projecto Educativo e sobre elas recai muito do sucesso do nosso modelo organizativo e do nosso plano de acção.

Importante, será ainda desenvolver uma política de tratamento dos espaços exteriores pedindo sugestões ao corpo discente envolvendo-os num processo de melhoramento dos espaços envolventes das escolas, para a promoção de um sentimento de bem-estar sempre desejável.



2.4. Relação Escola/Comunidade

2.4.1. Metas

- a) Implicar as parcerias na resolução de problemas;
- b) Reforçar a participação dos pais na vida do Agrupamento;
- c) Melhorar a relação das escolas com os Pais e Encarregados de Educação e co-responsabilizá-los pelo percurso educativo dos alunos.

2.4.2. Estratégias de Operacionalização

a) No domínio da implicação das parcerias na resolução de problemas:

O Projecto Educativo já desenvolve pormenorizadamente estas dinâmicas e por isso, são transcritas para este documento. Mas é conveniente que cada elemento, as interiorize e assumam para poder participar activamente no processo. Da mesma forma, só se tornarão efectivas se as organizações parceiras se empenhem com a mesma intensidade na procura de soluções ajustadas a cada um no seu percurso para a consolidação do crescimento como pessoa humana.

Propomos para isso:

- Desenvolver parcerias com a Câmara Municipal da Maia para a implementação de Projectos de Educação para a Saúde;
- Desenvolver parcerias com o Centro de Saúde para um eficaz controlo do plano de vacinação;
- Desenvolver parcerias com a Câmara Municipal e empresas da região para a colocação em situação de estágio dos alunos que frequentam ou venham a frequentar os cursos CEF;
- Desenvolver parcerias com empresas da região para a colocação em situação de estágio protegido, dos alunos de Educação Especial com Plano Individual de Transição;
- Desenvolver parcerias com instituições de Ensino Superior para a realização de estágios pedagógicos;
- Desenvolver parcerias com instituições de Ensino Superior para a realização de seminários ou encontros temáticos;
- Concretizar acções de Educação Ambiental, em articulação com o Pelouro do Ambiente e da Qualidade de Vida da Câmara Municipal da Maia e a Lipor;
- Desenvolver parcerias com empresas em domínios a designar que se manifestem relevantes para ambas as partes, nomeadamente o patrocínio do Jornal Escolar ou outras.

**b) A nível do reforço da participação dos pais na vida do Agrupamento:**

- Valorizar o papel dos Pais e Encarregados de Educação na elaboração dos Projectos Curriculares de Turma fomentando uma cultura de participação activa no processo educativo.
- Informar os Pais e Encarregados de Educação sobre o perfil de progressão dos seus educandos e apontar alternativas conducentes ao sucesso escolar, ajudando-os a perceber o processo educativo e validando, as decisões dos docentes na decisão da progressão ou retenção.
- Promover a informação e orientação escolar/vocacional, ajudando-os a perceber essas novas realidades como estruturadoras da formação dos jovens sem qualquer grau de estigmatização.
- Facultar às Associações de Pais apoio logístico e melhorar os circuitos de comunicação Associação de Pais/Encarregados de Educação, desenvolvendo o Portal de Educação em todos os graus de ensino.
- Apoiar as Associações de Pais em reuniões periódicas, com a Direcção e que complementem a sua participação nas estruturas educativas, dando-lhe uma visão de maior envolvimento e capacidade reactiva à resolução dos problemas
- Incentivar as Associações de Pais no sentido de desenvolver actividades em consonância com a Escola e participar activamente na concretização das mesmas, utilizando a sua experiência como factor positivo nas dinâmicas estabelecidas.
- Criar mecanismos mais motivadores e facilitadores da comunicação entre a escola/família, nomeadamente a utilização sistematizada do Portal da Educação, promovendo a formação adequada dos intervenientes quer no domínio das novas tecnologias, quer no domínio dos normativos.
- Auxiliar na comunicação com as assistentes sociais da Câmara Municipal da Maia ou articulando com a Rede Social na inventariação dos problemas ou situações de risco, intermediando, sempre que possível nessa ligação.
- Estabelecer parcerias com as Associações de Pais no sentido de, e em conjunto, delinearem estratégias para promover a aproximação da Escola com os Pais e Encarregados de Educação, através de actividades como:
 - Sessões de informação sobre o processo educativo;
 - Elaboração de desdobráveis de esclarecimento e divulgação da importância da relação escola/família;
 - Participação dos pais na elaboração do Jornal escolar;
 - Saraus culturais.
 - Sessões de esclarecimento e reflexão com especialistas nas temáticas escola/família nomeadamente: educação alimentar; educar para os valores; informação sobre todo o tipo de droga, sexualidade.



c) No domínio da melhoria da relação das Escolas com os Pais e Encarregados de Educação e da sua co-responsabilização pelo percurso educativo dos alunos:

- Contactar regularmente os Serviços Sociais no sentido de pressionar as famílias e responsabilizá-las pelo acompanhamento escolar dos seus educandos, sobretudo quando se prevejam situações de risco;
- Criar condições de participação na vida do Agrupamento nomeadamente na presença das reuniões estabelecidas;
- Contactar os Serviços Sociais para intervenções pontuais de ajuda em situações inventariadas de necessidade prementes na procura de soluções fundamentais na estrutura familiar.
- Avaliar a comunicação entre Encarregados de Educação e Escola através de instrumentos de registo adequados, regulares.

2.5. Formação dos membros da Comunidade Educativa

2.5.1 Metas

a) Organizar, em articulação com o Centro de Formação de Professores da Maia, intervenções formativas centradas no processo de desenvolvimento do Projecto Educativo do Agrupamento e do Projecto Curricular do Agrupamento;

b) Organizar, no âmbito do Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional em colaboração com o Departamento de Educação Especial, sessões formativas ligadas às problemáticas da Deficiência, Dificuldades de Aprendizagem, Problemas de Comportamento e outros sugeridos pela Comunidade Educativa.

2.5.2. Estratégias de Operacionalização

a) No domínio da organização, em articulação com o Centro de Formação de Professores da Maia, de intervenções formativas centradas no processo de desenvolvimento do Projecto Educativo do Agrupamento:

- Propor ao Centro de Formação a realização de Acções de Formação considerando os constrangimentos existentes no desenvolvimento da actividade curricular específica das disciplinas que compõem o currículo;
- Propor a realização de Acções de Formação que respondam às problemáticas organizativas e funcionais das estruturas educativas;
- Propor a realização de Acções de Formação vocacionadas para a Educação Especial;



- Propor a realização de Acções de Formação para o pessoal não docente que permita melhorar as várias vertentes do seu desempenho profissional;
- Propor a realização de seminários e encontros de curta duração que permita ao corpo docente e não docente manter-se actualizado em função das novas realidades e desenvolvimentos profissionais e sociais.



3

Avaliação



3. Avaliação

3.1. Critérios Gerais de Avaliação

Os critérios gerais de avaliação de agrupamento são definidos pelo Conselho Pedagógico.

3.1.1. Objecto da avaliação

- A avaliação incide sobre os conhecimentos e competências adquiridos e ainda sobre os valores e atitudes revelados pelos alunos;
- Os conhecimentos e as competências referidos no número anterior são definidos por cada Departamento Curricular, de acordo com as directrizes emanadas nos programas das diferentes disciplinas, sendo aprovados em Conselho Pedagógico;
- Os valores e atitudes a ponderar na avaliação estão consignados no Projecto Educativo e são os que constam do quadro seguinte:

Culturais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espírito crítico ▪ Respeito por realidades culturais diferentes ▪ Apreço pelo conhecimento ▪ Abertura a novos desenvolvimentos sociais, culturais, científicos e tecnológicos ▪ Sensibilidade para os problemas locais, nacionais e internacionais
Patrióticos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificação nacional ▪ Conhecimento dos nossos valores
Tradicionais, históricos e patrimoniais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Defesa dos valores históricos ▪ Valorização da herança cultural ▪ Valorização da história e cultura locais ▪ Preservação da cultura local
Morais sociais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Solidariedade social ▪ Família ▪ Justiça ▪ Responsabilidade ▪ Respeito mútuo ▪ Assiduidade e pontualidade ▪ Tolerância
Pessoais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização individual ▪ Criatividade e inovação ▪ Liberdade ▪ Pleno desenvolvimento físico, mental e social ▪ Convivência com a novidade ▪ Persistência ▪ Lealdade
Estéticos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilidade estética ▪ Apreço pela beleza
Ecológicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização de uma cultura ambiental ▪ Promoção de uma qualidade de vida compatível com o equilíbrio ambiental ▪ Sensibilização para aspectos ecológicos locais.



- Todos os professores se devem pronunciar quanto ao domínio da Língua Portuguesa, pela sua transversalidade.

3.1.2. Finalidades da Avaliação

Para se assegurar o sucesso escolar a todos, o Agrupamento deve implementar práticas pedagógicas dinâmicas proporcionando a todos os alunos as oportunidades de aprendizagem que lhes permitam experiências de sucesso. Nesse sentido deve a avaliação identificar as dificuldades evidenciadas por forma a apontar caminhos a trilhar, melhorando as práticas educativas e facilitando a compreensão e desenvolvimento de competências dos alunos. Ao professor cabe a **nobre** tarefa de identificar os pontos fortes e as necessidades dos seus alunos, enfatizando o controlo e o progresso individuais. A finalidade última desta avaliação deverá enfatizar a melhoria das aprendizagens dos alunos no âmbito de uma concepção alargada de avaliação em que se valorize proporcionalmente o desempenho ao nível cognitivo observável nos testes e em simultâneo comportamentos, atitudes, hábitos e apetências de forma a assegurar a informação que permite o desenvolvimento de um conjunto alargado e integrado de capacidades e competências

Cada professor deverá interiorizar que a avaliação é um instrumento que se destina a fundamentar a tomada de decisões conducentes à melhoria do processo de ensino aprendizagem.

- Tendo em conta o enunciado no ponto anterior, a avaliação deve:
 - Orientar a intervenção do professor na sua relação com os alunos;
 - Auxiliar os alunos na tomada, ou reformulação de decisões que possam influir na promoção e consolidação do seu próprio processo educativo e na sua preparação para o ingresso na vida activa ou para o prosseguimento de estudos;
 - Fundamentar o juízo global sobre o grau de consecução dos objectivos/competências.

3.1.3. Processos de Avaliação

Tendo em conta as finalidades acima enunciadas, cada professor deve:

- Conhecer o grau de progressão do aluno:
 - Através de interacções verbais professor/ aluno durante a aula; correcção de trabalhos de casa; testes formativos; testes sumativos, portfólio, entre outros.
- Ajudar o aluno, diagnosticando as dificuldades da aprendizagem e suas causas:
 - No sentido de uniformizar procedimentos e facilitar a monitorização dos processos avaliativos dever-se-á constituir um grupo de trabalho que elaborará uma grelha de observação e despistagem de dificuldades de aprendizagem para posterior reencaminhamento para o Gabinete de Psicologia.



- Dar ao aluno informação atempada que o oriente na tomada de decisões quanto ao seu percurso escolar;
 - Conhecer em que medida se alcançaram os objectivos propostos de forma a permitir a reformulação de estratégias;
 - Informar regularmente, o aluno e, através do Director de Turma, o seu Encarregado de Educação, de forma o mais clara e objectiva possível, dos objectivos que deve atingir e do seu grau de consecução.
- No final de cada período, o Director de turma reúne com os Encarregados de Educação e deverá informá-los, claramente, a partir das informações fornecidas pelos professores de cada disciplina, das competências deficitárias e dificuldades identificadas.

3.1.4. Instrumentos de Avaliação

Tipos

Neste Agrupamento utilizar-se-ão os seguintes instrumentos de avaliação:

Actividades de diagnóstico

- Verificam pré - requisitos
 - Determinam a planificação
 - Fundamentam medidas de apoio
- Para o efeito, será aplicada à entrada de cada ciclo, no início de cada ano lectivo, uma Prova Diagnóstica de Aferição de Competências, transdisciplinar, para detectar as principais dificuldades dos alunos elaborada por um grupo multidisciplinar de professores.
- A partir dos resultados da avaliação da referida prova será elaborado um relatório que defina orientações de remediação das dificuldades diagnosticadas que deverão ser integrados nos Projectos Curriculares de Turma.

Actividades formativas

- Orientam o aluno
- Indicam o grau de consecução dos objectivos
- Estabelecem o feed - back necessário

Testes

Para lá das finalidades das actividades formativas, têm um determinado peso na classificação.



Trabalhos

Investigação/Pesquisa

Projecto

Experimental

Fichas de Trabalho

Comunicação

Oralidade

Informação ao aluno/encarregado de educação

Grelhas de Observação

De entre os diversos instrumentos de avaliação enunciados, cada Departamento Curricular seleccionará aqueles que melhor se adaptarem às especificidades das respectivas disciplinas, bem como, para cada tipo de instrumento a aplicar em determinado momento, seleccionando os indicadores de avaliação que entender adequados.

3.1.5. Operacionalização dos Instrumentos de Avaliação

Testes

Construção

Os testes escritos deverão ser construídos tendo em conta:

- Uma tabela de especificações que explicita claramente os conteúdos e os objectivos a testar;
- A sequência mais adequada, atendendo ao grau de dificuldade das questões;
- A verificação de conhecimentos relativos a conteúdos leccionados até ao momento, de forma a poder garantir que um aluno adquiriu, entretanto, conhecimentos que em testagem anterior não revelava;
- A utilização de uma linguagem clara e adequada aos alunos;
- O tipo de exercícios praticados na aula, salvaguardando a necessária testagem da aplicação de conhecimentos a novas situações;

Para efeitos do terceiro item nos segundo e terceiro períodos, pelo menos um dos testes deverá abranger conceitos leccionados em períodos anteriores).

Linhas de intervenção:

- Autonomia individual;



- Grau de conhecimentos científicos/didáticos;
- Prossecução dos conteúdos programáticos / feed - back.

Indicadores de avaliação:

- Aquisição;
- Compreensão;
- Aplicação - Resolução de problemas.

Classificação

Cada professor deverá elaborar uma grelha de classificações por aluno e questão. A classificação atribuída a todos os testes será cotada percentualmente numa escala de 0 a 100, traduzida numa informação qualitativa.

Trabalhos

Trabalhos de Investigação / Pesquisa

Linhas de intervenção

- Promover as capacidades do pensar: o desenvolvimento de capacidades metacognitivas;
- Desenvolver capacidades de auto controlo e de intervenção nos processos cognitivos;
- Estimular a tomada de consciência, o conhecimento e o controlo dos processos mentais ao longo da aprendizagem de conteúdos leccionados;
- Considerar a leitura como um processo de construção de significado resultante da interacção do aluno leitor com o texto;
- Construir/reconstruir o conhecimento científico através da conexão entre o conhecimento prévio e o "novo" conhecimento contido no texto;
- Estimular a pesquisa bibliográfica;
- Fomentar a comunicação oral, geradora de uma competência comunicativa / interactiva e discursiva;

Indicadores de avaliação

Os trabalhos de pesquisa ou investigação serão avaliados e classificados de acordo com os seguintes indicadores:

- Composição



- Estruturação: Conceitos/Conteúdos
- Compreensão da leitura: Análise / Síntese
- Linguagem: Objectividade; Terminologia; Conexões
- Estético
- Resolução de problemas: Identificação; Intercorrelação entre conceitos prévios e explanação.

Resultados da análise

Apresentação oral

Clareza linguística

Objectividade

Rigor científico: Conceitos/Terminologia

Suporte utilizado

Trabalho de Projecto

Linhas de Intervenção

- Promover a interdisciplinaridade;
- Articular e mobilizar, horizontal e/ou verticalmente, conteúdos científicos;
- Promover o intercâmbio de ideias e saberes;
- Gerar conhecimento e debate em torno de um tema abrangente;
- Fomentar o trabalho em equipa.

Indicadores de avaliação

Programação:

- Objectivos
- Enquadramento teórico
- Planificação da acção

Execução – Participação:

- Activa/Criativa/Construtiva

Resultados:

- Grau de consecução e propostas



Trabalho Experimental

Linhas de intervenção

- Criar motivação e interesse;
- Estabelecer uma melhor compreensão de conceitos científicos;
- Estabelecer uma interligação com a vida real;
- Contextualizar o ensino através do recurso a fenómenos;
- Promover uma interacção dinâmica entre conteúdos e processos da ciência;
- Contribuir para a criação de situações que fomentem a construção do conhecimento científico – aprendizagem significativa;
- Promover actividades de natureza investigativa inseridas em processos cooperativos de resolução de problemas;
- Testar ideias alternativas;
- Favorecer a compreensão da natureza do trabalho científico;
- Promover estratégias formativas de desenvolvimento de capacidades de ordem cognitiva, afectiva e social.

Indicadores de avaliação

Enquadramento teórico:

Estruturação/ Conceitos científicos/Linguagem escrita

Execução:

- Manipulação/ Observação/Medição

Resultados:

- Discussão/Reflexão/ Avaliação crítica

Fichas de Trabalho

Modalidades de realização

- finalidade formativa - em contexto de sala de aula
- finalidade de consolidação e sistematização das aprendizagens - em trabalho de casa.

Linhas de intervenção

- Consolidar o processo de ensino / aprendizagem;
- Promover a aplicação dos conceitos científicos;
- Estimular a aprendizagem;
- Gerar métodos de estudo;
- Estimular o “pensar”.



Indicadores de avaliação

Modalidades de avaliação

- As fichas de trabalho realizadas em contexto de sala de aula serão avaliadas formativamente (descritiva e qualitativamente).

As fichas de trabalho realizadas em casa serão avaliadas e classificadas de acordo com os seguintes indicadores:

- Conceitos
- Compreensão
- Aplicação: Directa/Situações nova

Comunicação verbal

Linhas de Intervenção

- Promover a competência linguística tendo em conta uma visão Integradora da linguagem (ouvir, falar, ler e escrever) – constructo comunicativo;
- Adquirir capacidades linguísticas necessárias às situações de comunicação quotidianas;
- Promover a participação activa e responsável nas actividades da sala de aula.

Indicadores de avaliação

- Relação linguagem/contexto
- Estruturação discursiva
- Uso estratégico da linguagem
- Participação significativa/interactiva

Grelhas de Observação

As grelhas de observação destinam-se ao registo de níveis de envolvimento em actividades e de comportamentos e atitudes que referenciem valores. Compete aos Grupos Disciplinares, Departamentos e Conselho Pedagógico elaborá-las, reapreciá-las e torná-las instrumentos de avaliação.

Programação anual

No início de cada ano escolar os Conselhos de Docentes (1º Ciclo e Educação Pré-Escolar) e Departamentos Curriculares, em articulação com os Conselhos de Turma e com a Coordenação dos Directores de Turma, definirão quantos e quais os instrumentos de avaliação que irão utilizar em cada um dos períodos lectivos, bem como os respectivos pesos (1º, 2º e 3º Ciclos), no intuito de garantir que alunos da mesma disciplina / ano serão sujeitos às mesmas condições de avaliação.



No interesse dos alunos e tendo em conta a especificidade de cada grupo turma, o professor poderá aplicar outro tipo de instrumentos de avaliação que em cada momento se revelem adequados à promoção do sucesso para todos.

3.2. Classificação

Em cada período lectivo, a classificação a atribuir deverá resultar de um juízo globalizante sobre a totalidade dos elementos recolhidos até então. Esse juízo deverá necessariamente ser fundamentado, razão pela qual se define:

- Classificação de Instrumento de Avaliação – classificação expressa na escala 0 a 100, com tradução qualitativa;
- Valor de Referência – classificação resultante da média dos resultados dos instrumentos de avaliação aplicados no período em apreço, ponderados pelos respectivos pesos;
- Classificação Proposta – classificação a propor por cada professor ao Conselho de Turma, com base no valor de referência, depois de ponderada a progressão do aluno bem como eventuais factores de natureza subjectiva a assumir claramente em acta. A classificação proposta não poderá, em qualquer circunstância, ser inferior ao valor de referência. No terceiro período, quando se verifique que o percurso global de um aluno numa determinada disciplina, se traduz em classificações tendencialmente ascendentes, o Conselho de Turma deverá reflectir e, eventualmente, passar a classificação daquela disciplina para o nível seguinte, introduzindo o factor de correcção inicialmente referido;
- Classificação da Disciplina – classificação resultante da reflexão do Conselho de Turma tendo em conta a Classificação Proposta e a globalidade do aluno;

Auto-Avaliação

Embora sem reflexo directo na classificação, reconhece-se a importância da auto-avaliação porquanto permite o incremento da responsabilização do aluno e o conhecimento das suas expectativas, para lá de contribuir para a transparência do processo de avaliação. Assim, cada um dos Departamentos Curriculares deverá desenvolver um instrumento de recolha da opinião dos alunos quanto às suas expectativas em termos de classificação.

Situações especiais

- Consideram-se situações excepcionais, as previstas nos normativos legais, nomeadamente Regulamento Interno e Estatuto do Aluno;
- Quando, no processo de avaliação final, um determinado aluno apresente um elemento de avaliação cuja classificação seja, relativamente às outras, suficientemente desfasada e



cumulativamente, se demonstre que resultou de uma situação anormal, deve aquela alteração ser objecto de especial análise em Conselho de Turma e devidamente fundamentada.



4

Avaliação

do Projecto

Curricular de

Agrupamento



4. Avaliação do Projecto Curricular de Agrupamento

O presente projecto deverá ser aplicado no triénio 2011/2014 mas deverá ser encarado como dinâmico e flexível, susceptível de ajustamentos e melhorias.

A avaliação deve ser baseada na auto-avaliação das acções previstas e servirá como elemento regulador da sua aplicação prática.

Em Conselho Pedagógico deverá ser constituída uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação Interna que fará a monitorização anual do projecto. O relatório final que esta comissão irá produzir deverá ter por base relatórios elaborados pelas estruturas intermédias, pelos Conselhos de Turma no âmbito do Projecto Curricular de Turma, pelos órgãos de gestão e estruturas de orientação pedagógica, propondo-se a realização e apresentação de relatórios trimestrais.

A avaliação global do Projecto Curricular de Agrupamento será feita no final dos três anos e será de natureza qualitativa.